



Anais da Assembléia

N.º 147

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1.977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 227.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1.977

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Manoel e Werner Wanderer.

Às 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielso Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Fuad Nacli. (54)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o Plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, para que ofereça condições de permanência do atual Delegado Especial de Polícia do Município de Santa Helena-Pr.

Visto que os helenenses estão satisfeitos, e a autoridade policial respeitada.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1.977

(a) Ernesto Dal'Oglio.

JUSTIFICATIVA:

As deformações da vida política brasileira fazem com que não reste ao deputado muito mais do que a arma da crítica, visando a comover a insensibilidade do Poder Executivo, nomeado e autônomo em relação àqueles que vão ao povo solicitar o voto e submeter-se ao julgamento do cidadão.

Transformou-se em nossa principal obrigação criticar, denunciar à opinião pública os erros e omissões das autoridades; e oferecer de público o quadro das necessidades e exigências sociais.

Muitas vezes também, por dever de justiça, temos que ressaltar o trabalho de funcionários e servidores públicos, sua dedicação, seu empenho nas funções.

É o que agora estou fazendo em relação ao Município de Santa Helena.

Nos últimos tempos cresceram os problemas criminais

enfrentados pela comunidade de Santa Helena. E chegara a tal ponto que a sociedade se alarmou, temendo problemas de segurança insolúveis.

O policiamento era diminuto e ainda limitado pela natureza e caráter atribuído pela hierarquia de Segurança do Estado àquela região.

Mesmo com a explosão demográfica de Itaipu, não se acautelaram as autoridades maiores de outros problemas que não fosse a corrida econômica em toda a área de influência de Itaipu.

Ante o clamor da população de Santa Helena, foi designado um delegado especial com reforço também do destacamento daquele município.

E foi nomeado então o Sargento Camargo, que servia em Cascavel.

Militar de boa tempera, grande dedicação e desejo de servir à briosa corporação e à segurança pública, de imediato se lançou em investigações para esclarecer crimes e outras ocorrências ilícitas.

Logo, a população de Santa Helena voltava à calma, confiante na ação e no equilíbrio do chefe e dos subordinados da delegacia de polícia de Santa Helena.

Hoje, o Sargento Camargo e sua equipe são vistos como integrados na atividade social, contribuindo para a tranquilidade do povo laborioso.

Os helenenses estão satisfeitos. A autoridade policial respeitada.

Prestigiada a autoridade policial por toda a comunidade e oficialmente reconhecida pelas lideranças sociais e políticas, todos desejam mantê-la.

Ocorre, também, que praças e graduados da Polícia Militar, quando designados para funções especiais, não têm estabilidade e deixam suas famílias onde julgam existir boas condições de fixação.

E, nesse caso, torna-se muito fácil a inimigos eventuais feitos na própria defesa da lei, se influentes, retirem as condições de permanência de um delegado especial para obrigá-lo a voltar a seu ponto de origem.

Através da ação coordenada da Prefeitura e da Câmara Municipal é que foi possível levar a Santa Helena o Sargento Camargo.

Os Vereadores apoiam a ação do delegado especial, porém surgiram forças poderosas, contrariadas com investigações policiais sérias e honestas. E essa ação começa a aparecer na tentativa de retirar os meios que permitem o trabalho da autoridade policial.

Fazemos o elogio de sua abnegada atuação, de que nos dão conta lideranças sociais e políticas de Santa Helena, e fazemos, de forma exemplar, uma advertência aos que parecem não aprovar investigações isentas e firmes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa o pronunciamento do Senhor Osvaldino Silveira, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, publicado no Jornal "O Estado do Paraná", data de 10.11.77.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1.977.

(a) Ernesto Gnoato.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução número 372/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — O valor a que se refere o art. 1o. da Resolução no. 37/72, de 04 de dezembro de 1972, fica alterado para três (03) salários mínimos.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1977.

(a) Fuad Nacli.

Apoiamentos: Gabriel Manoel, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Muggiati Filho, Valter Pietrângelo, Ezequias Losso, Jayme Rodrigues Carvalho, Deni Schwartz, Accioly Neto, Werner Wanderer, Erondy Silvério, José Domingos Scarpelini, Luiz Roberto Soares, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Enéas Faria, Nelson Buffara, Aguinaldo Pereira Lima, Paulo Camargo e Jorge Sato.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O conveniente uso da terra e conseqüente aumento da produção, se constitui em fator de importância maior para a formação do capital brasileiro.

Para isso, muito têm contribuído os Menonitas, imigrantes e descendentes de alemães que, unidos por notável fé em Deus, em 1.930 vindos da Europa estabeleceram-se primeiro, em Ibirama, Santa Catarina.

Em virtude das condições topográficas difíceis, resolveram a partir de 1.951, transferir-se para os Campos Gerais, diante da aquisição da Fazenda Cancela no Município de Palmeira, com 7 mil e 800 hectares de área onde organizaram a Colônia Witmarsum Ltda.

Na oportunidade em que aqueles homens para ali se dirigiram, diversos técnicos desaconselharam a colonização daquela área, mas eles, com persistência, conseguiram vencer todos os obstáculos até obterem uma produção de cereais e principalmente de leite com resultados altamente positivos. Com inabalável fé no cooperativismo.

Em 1.952, fundaram a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda., o que foi básica, para o progresso, registrado.

Esse progresso se reflete na produção de cereais; especialmente, soja, de aves e de 36 mil litros de leite diariamente, usado no abastecimento de grandes centros do Estado do Paraná, especialmente de Curitiba.

No mês de março do corrente ano, durante as comemorações alusivas ao 25o. aniversário da existência da Colônia, S. Exa. o Sr. Presidente Ernesto Geisel, inaugurou uma nova Usina de pasteurização de leite, com capacidade de recepção, de cem mil litros diários.

Com vistas ao melhor aproveitamento desta unidade a Cooperativa concentra seus esforços no aumento da produção leiteira junto aos seus associados, assim como, no aumento do número destes.

Entretanto, a Colônia Witmarsum, formada por cento e sessenta operosas famílias, está preocupada com o aproveitamento da potencialidade dos jovens agricultores, alguns formados em cursos técnicos, que não têm condições de desenvolver atividades mais intensas por absoluta falta de espaço físico.

Assim, no afã, de verem ampliada a exemplar Comunidade, os seus dirigentes dirigiram apelos ao Presidente Ernesto Geisel, ao Ministro da Agricultura, e a outras autoridades federais notadamente, por intermédio do Deputado Igo Losso, solicitando a aquisição de uma área pertencente ao Ministério da Agricultura, atualmente, sem adequada utilização.

O Governo Estadual por sua vez, tem demonstrado grande interesse para que essa transferência se efetue conforme

manifestação de S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Junior, do Sr. Secretário de Agricultura.

Acredito, Sr. Presidente, que igualmente esta Casa, se associa aos apelos que vêm sendo constantemente formulados por aquela plêiade de homens que estão dando preferência às terras paranaenses no aproveitamento da disponibilidade de trabalho jovem, embora já se achem portas abertas no Estado do Mato Grosso.

Os pioneiros de Witmarsum, porém, desejam que seus filhos permaneçam aqui no Estado do Paraná, para darem experimentada contribuição com vistas o desenvolvimento que todos nós pretendemos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados urge que trabalhe-mos unidos a fim de que a pretendida porção de terras seja liberada e se consolide a atividade produtiva que os Menonitas estão realizando com tanta eficiência.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a satisfação de registrar a presença nas tribunas de honra deste plenário, do Sr. Vereador Manoel Francisco Lopes Car-tens, líder da Arena na Câmara Municipal de Vereadores de Pitanga; S. Exa. se faz acompanhar do Sr. Divonsir Mendes, também do Município de Pitanga.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao lado das notícias da imprensa, divulgando o protesto de proprietários rurais, com referência ao corte dos pomares, temos recebido também vasta correspondência fazendo sentir a revolta dos lavradores, quando têm seus pomares cortados sem nenhum critério, sem nenhuma forma de atendimento a suas reais necessidades.

No entanto, os órgãos governamentais e em particular a Secretaria de Agricultura do Estado, insiste em distribuir notas dizendo: "agricultura tenta impedir o avanço do Cancro Cítrico; a Acarpa estimula novos pomares em Maringá. Técnicos explicam a erradicação do cítrico."

Mas, Sr. Presidente, o que ocorre realmente é uma moro-sidade sem justificativas nesta campanha da erradicação do cancro cítrico. Sabemos de sua necessidade; mas até parece que os interesses de São Paulo estão a impedir que o Paraná alcance uma produção de cítricos suficiente para concorrer com nosso vizinho estado na exportação, trazendo com isso, divisas para o Estado do Paraná.

Há longos anos acompanhamos esta campanha. Já em 70-72, Maringá era visitada pelos fiscais da Secretaria da Agri-cultura ou do Ministério da Agricultura, dizendo que a área estava interdita e conseqüentemente não poderia mais expor-tar cítricos.

Em outra oportunidade já estivemos aqui nesta tribuna, denunciando que fiscais da Secretaria da Agricultura, passando pelas rodovias do Café, perto de Jandaia, inutilizaram grande quantidade de cítricos, expostos à beira da estrada para a comercialização, interna, é bom que se diga. Continuamos ten-do o vexame de em cada posto fiscal, encontrar equipe de fis-calização que abrem até malas, para ver se o transeunte está transportando cítricos.

Parece até que estamos — quando saímos do Norte do Paraná para a Capital — parece que estamos saindo do Brasil, porque revistam tudo não em busca de outro crime a não ser aquele de transportar cítricos para a Capital do Estado.

Mas, a grita do pequeno agricultor e dos moradores, com referência a este episódio, enfoca um outro problema, senão o do auxílio à alimentação representada pelos pomares domés-ticos e esta carta que recebemos dos estudantes do segundo grau de Iretama, traduz com fidelidade o problema surgido com a erradicação dos pomares naquela localidade.

Diz um trecho da carta: (Lê):

"E agora, o que é que vamos fazer, todos os anos tínhamos uma enorme fatura de frutas, daqui para frente, se quisermos nos providar das valiosas vitaminas contidas nas frutas, temos que comprar e naturalmente os proprietários das quitandas, ou vendedores ambulantes, vão se aproveitar da situação, cobrando altos preços pelas frutas, e os mais pobres não vão poder adquirir, e quando existiam os pomares, as frutas estavam ao alcance de todos".

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não concordamos com a demora na solução para o cancro cítrico em nosso Estado, também temos responsabilidade e sabemos perfeitamente que é necessária a sua erradicação.

Existe um convênio entre o Ministro da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado, Secretaria da Agricultura que se mostrou impotente, incapaz e impossibilitada de executar a sua tarefa que era a erradicação do cancro cítrico.

Temos hoje a certeza de que a Secretaria da Agricultura sabe que ela por si só não poderá jamais alcançar o seu objetivo, o objetivo maior da campanha.

Porisso, estamos encaminhando hoje um requerimento, para que, se aprovado por esta Casa, lembre ao Sr. Secretário dos Negócios da Agricultura nesta Casa, da necessidade, da urgência para a solução do problema, e indicamos talvez a solução mais adequada. Diz o requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios da Agricultura de nosso Estado, fazendo as seguintes sugestões:

- a) Na atual campanha de erradicação do cancro cítrico, sejam firmados convênios com as Prefeituras Municipais das áreas afetadas e interditadas pelo Ministério da Agricultura para a execução da programação de erradicação;
- b) Que a erradicação seja procedida de amplo esclarecimento e divulgação por todos os meios disponíveis, inclusive informando a possibilidade de futura exploração para comercialização de cítricos e sua rentabilidade por hectare e valor no mercado;
- c) Que sejam colocados à disposição das Prefeituras, (transformada em órgão executor) técnicos e recursos previstos no convênio com o Ministério da Agricultura;
- d) Que a Campanha seja desenvolvida simultaneamente em todos os municípios ora interditados;

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1.977."

Era só, Sr. Presidente (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dar conhecimento à Casa de requerimento consubstanciado em pedido de informações, que propomos, na sessão de hoje, à consideração do Plenário:

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, tendo em vista notícias divulgadas pela imprensa local, inclusive com exibição de "fac-simile" de folha de pagamento de Diretor Geral de uma das Secretarias de Estado, no valor de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), acumuladas com outras gratificações sob o mesmo título, requer sejam solicitadas do Senhor JAYME CANET JUNIOR, DD. Governador do Estado, às seguintes informações:

- 1 Qual o valor das gratificações pagas aos Diretores Gerais sob o Código 114, a partir de 01 de janeiro do corrente ano?
- 2 A que se refere tal Código?
- 3 Quais os Diretores Gerais que perceberam sob esse Código mais de uma gratificação no mesmo mês,

a contar de janeiro de 1977?

- 4 A que se deve, em cada caso particular, a acumulação dessa gratificação?
- 5 Em caso de pagamento por substituição dos titulares das Secretarias de Estado, em que períodos foram procedidas as substituições?
- 6 Por ordem de que autoridade e de que forma foram procedidas tais substituições?
- 7 Por ordem de que autoridade e em obediência a qual dispositivo legal foram determinados os pagamentos das gratificações dos Secretários aos Diretores Gerais das Secretarias?
- 8 Quais os Secretários de Estado assim substituídos no corrente exercício de 1977?
- 9 Nos meses em que foram procedidas essas substituições, quanto perceberam, em cada caso particular, na forma de vencimentos e vantagens, substituídos e substitutos?
- 10 Onde se encontram os expedientes administrativos com os respectivos atos oficiais que determinaram ou autorizaram as substituições?
- 11 Quais os motivos que determinaram essas substituições?
- 12 Sob quais números e títulos foram publicados no Diário Oficial esses atos?
- 13 Em que casos devem ser procedidas substituições de Secretários de Estado por Diretores Gerais e de servidores públicos mais categorizados por seus subordinados, com direito à percepção de vencimento ou das vantagens do cargo?

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1977".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a liderança do MDB, sobre se deseja usar o horário que, regimentalmente, lhe é reservado.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a liderança da Arena, se deseja usar o tempo que lhe é reservado regimentalmente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Está devidamente apoiado. À C.C.J., para os devidos fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 114/76, que cria no Município de Altônia, os Distritos Administrativos de São João e Jardim Paredão, com sede nas localidades dos mesmos nomes e divisas que especifica. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 114/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1o. — Ficam criados, no Município de Altônia, os Distritos Administrativos de São Jorge, São João e Jardim Paredão, com sedes nas localidades dos mesmos nomes e divisas seguintes:

DISTRITO DE SÃO JORGE: — Começa no Rio Parana, na foz do Rio São João e sobe por este até a foz do Córrego São Vicente, até sua cabeceira, daí, pela divisa entre os lotes 228 e 229, até encontrar a estrada São Henrique; daí, em direção geral do Leste, até encontrar a estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia; por esta estrada, em direção geral

do Nordeste, dividindo com o Município de Pérola, até o lote no. 1; deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do Ribeirão Jequibitã, pelo qual desce até a sua foz do Rio Paracai; por este abaixo até a sua barra no Rio Paraná, pelo qual desce até a barra do Rio São João, ponto de partida.

DISTRITO DE SÃO JOÃO: — Começa na junção da estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia com a estrada São Henrique; por esta, em direção geral Oeste, até a divisa entre os lotes 228 e 229, segue por esta divisa até encontrar a cabeceira do Córrego São Vicente e desce por este até a sua foz no Rio São João; sobe por este até a foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo e por este até a sua nascente; daí, em linha reta, até encontrar a nascente do Córrego Fortuna; desce por este até a sua foz no Rio Iporã; desce pelo Rio Iporã até encontrar a estrada da divisa com o Município de Iporã; daí, por esta estrada, no sentido geral do Este, acompanhando a divisa entre os Municípios de Iporã e Altônia, até encontrar o Rio Xaíbrê; por este acima, até a foz do Ribeirão Porongos sobe até a foz do Ribeirão Saracuras e por este acima até a foz do Córrego Piriquito, pelo qual sobe até a sua cabeceira na estrada Mestre, que liga as cidades de Pérola e Altônia; por esta estrada, no sentido geral Nordeste até a junção desta mesma estrada com a estrada São Henrique, ponto de partida.

DISTRITO DE JARDIM PAREDÃO: — Começa no Rio Paraná, na barra do Rio Piquiri, sobe por este até alcançar a foz do Ribeirão Iporã, pelo qual sobe até alcançar a foz do Córrego Mimosa, e por este acima até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego da Vaca, e por este abaixo até a sua foz no Córrego do Prado, pelo qual desce até a sua foz no Rio Paraná, por este abaixo até alcançar a barra do Rio Piquiri, ponto de partida.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, peço a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência fará a verificação de votação.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem os seus devidos lugares para proceder a verificação de votação e permitir a contagem de votos.

A verificação de votação recairá sobre o Projeto de Lei no. 114/76, o primeiro na pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Em votação o Projeto de Lei no. 114/76. Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

A Presidência observa que alguns dos Srs. Deputados não votaram anteriormente e estão se abstendo de votar neste turno também e deve computar os votos, razão pela qual ...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, não há "quorum".

O SR. PRESIDENTE — A Presidência não apresentou o resultado e a Presidência está visualizando os Srs. Deputados que se abstiveram de votar. A abstenção não invalida o "quorum" regimental.

O SR. EGON PUDELL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — 22 Srs. Deputados votaram favoravelmente ao projeto. 2 Srs. Deputados votaram contra.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Deputado Egon Pudell solicitou

chamada nominal e a Presidência autoriza.

O Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de "quorum".

É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados

28 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 129/77, que declara de utilidade pública a Província Cristo Redentor, da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede nesta Capital. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei no. 129/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a PROVÍNCIA CRISTO REDENTOR DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 110/77, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 131/77 — aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando melhoria no ensino de 1o. grau. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução no. 110/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vista à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1o. grau.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 286/77, Mensagem no. 96/77, ex-Proposição no. 477/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de CURITIBA, com interveniência da Companhia de Urbanização de Curitiba, URBS, objetivando alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução no. 286/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de março de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com a interveniência da Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, objetivando alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 305/77,

Mensagem no. 97/77, ex-Proposição no. 480/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO TOMÉ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução no. 305/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de agosto de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de São Tomé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Luiz A. Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 306/77, Mensagem no. 105/77, ex-Proposição no. 488/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de UMUARAMA, objetivando execução de serviços de pavimentação e Obras Complementares no Aeroporto de UMUARAMA.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução no. 306/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 15 de julho de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Umuarama, objetivando a execução de serviços de pavimentação e obras complementares do aeroporto de Umuarama.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Luiz A. Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL. — do Projeto de Resolução no. 307/77, Mensagem no. 110/77, ex-Proposição no. 491/77 - aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, Superintendência do Controle da Erosão no Paraná e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, visando implantação do Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução no. 307/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de abril de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, visando a implantação do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Luiz A. Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 308/77, Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 492/77 - aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de PARANAGUÁ, objetivando reparos nos prédios do Instituto de Educação "DR. CAETANO MUNHOZ DA ROCHA" e o Colégio José Bonifácio, da sede do referido

município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução no. 308/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de abril de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha e o Colégio José Bonifácio, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Luiz A. Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 347/77, Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 466/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Estadual MANOEL RIBAS.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução no. 347/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 15 de junho de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Sebastião da Amoreira, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Estadual Manoel Ribas, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Luiz A. Oliveira, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que ofereça condições de permanência do atual Delegado Especial de Polícia do Município de Santa Helena.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, consubstanciado em sugestão, a fim de que a atual campanha de erradicação do cancro-cítrico, sejam firmados convênios com as Prefeituras Municipais das áreas afetadas e interditadas pelo Ministério da Agricultura para a execução da programação de erradicação.— APROVADO.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência fará a verificação de votação. Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci. (Pausa).

15 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Sr. Osvaldino Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, publicado no jornal "O Estado do Paraná".— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expe-

diente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, tendo em vista notícias divulgadas pela imprensa local, inclusive com exibição de "fac-simile" de folha de pagamento de Diretor Geral de uma das Secretarias de Estado.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de solidariedade aos trabalhadores brasileiros que hoje estão empenhados em conseguir pacificamente a reposição salarial que lhes é devida.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluída no Plano Rodoviário atual a continuação da pavimentação asfáltica a partir do Município de Amaporã até Santa Cruz do Monte Castelo, passando pelos Municípios de Planaltina do Paraná e Santa Izabel do Ivaí.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 78/77;
- 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 23, 61, 74, 84, 105, 112, 137/77 da Proposição número 391/77 e do Projeto de Resolução número 312/77;
- 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 92, 120, 124, 127, 132, 134, 137, 138, 139 e 140/77 e de Resolução números 256, 310, 320, 321, 340, 357, 360 e 361/77.

A Presidência solicita a atenção dos Srs. Deputados para a inclusão na Ordem do Dia, da sessão de quarta-feira, da Proposta Geral do Orçamento do Estado, que estima a Receita e Fixa a Despesa para o próximo Exercício de 1.978.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 777/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10.760, de 27 de outubro de 1.977, deste Poder

RESOLVE:

conceder a DORIZON SALGADO BUENO, matr. 008, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.976, a partir de 03 de novembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de novembro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 778/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10628, de 25 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/77, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ANDRELINA CORREIA ALVES — matr. 191 - Esc. PL"16"

HILZA DOS SANTOS LOPES — Matr. 200 — ASG PL"17"

JOSÉ DA TRINDADE — Mat. 503 — AL. PL"16"
JOANA MACIEL FARIAS — Mat. 156 — OSG. PL"18"
Gabinete da Diretoria Geral em 03 de novembro de 1977
FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 779/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10660, de 26 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, à funcionária JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ, matr. no. 211, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de novembro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 780/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10487, de 24 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, do funcionário EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, matr. 557, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de novembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 781/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 7746, de 09 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para o período de 01 a 30 de dezembro de 1.977, as férias concedidas pela Portaria número 637/76, aos funcionários abaixo relacionados:

JOSE ROSA FILHO — Matr. 340

LUIZ LIMA — Mat. 504

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de novembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 782/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10497, de 24 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportunas as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, da funcionária HELENA REGINA STEPHAN, matr. 076, ocupante do cargo de nível PL"25", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de novembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 783/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo proto-

colado sob o no. 10516, de 24 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria no. 646/77, da funcionária RUTH CARVALHO DE MELO, matr. no. 256, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de novembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 784/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10743, de 27 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o item I, da Portaria no. 499/77, que designou o funcionário Contratado deste Poder, DIRCEU DA SILVA, para prestar serviços como Motorista no Departamento Legislativo; e,

II — designar o funcionário acima citado para prestar serviços como Motorista, no Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de novembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 785/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10687, de 26 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, à funcionária ROSARIA CARDOSO DE LIMA, matr. 225, ocupante do cargo de nível PL"15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, (30) trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.977, a partir de 03 de novembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de novembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 786/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10693, de 26 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, à funcionária REGINA APARECIDA SCREMIM MACHADO, ora à disposição deste Poder, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1.975, a partir de 01 de novembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de novembro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 787/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10780, de 31 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária ANDRELINA CORREIA ALVES, matr. 191, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Escrivão, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1976, a partir de 07 de novembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de novembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 682/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar LORIS CORDEIRO DE BARROS, matrícula número 128, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para substituir o Diretor do Departamento Administrativo, no período compreendido entre 03 a 10 de novembro de 1977, enquanto estiver afastado o titular.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 683/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9872, de 05 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, ao funcionário JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, matr. 265, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de onze (11) meses, compreendido entre 08 de agosto de 1.941 a 10 de fevereiro de 1.942 e 03 de janeiro de 1.955 a 01 de junho de 1.955, prestado junto à Prefeitura Municipal de Paranaguá, neste Estado do Paraná. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 684/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9415, de 26 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar retificar o Decreto Legislativo no. 409/68, de 16 de julho de 1.968, nos termos da Fundamentação anexa, de 17 de junho de 1.975, do Gabinete de Assistência Técnica, desta Casa, para declarar que o tempo ali contado em favor de DIVA DO VALLE CAVALCANTI, matr. 240, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, deve ser computado para todos os efeitos legais, e não como consta daquele ato;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante mais um quinquênio completado em 07 de setembro de 1.972;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo Art. 248, da citada Lei no. 6174, ao seu acervo de serviço público, do tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas fun-

ções durante mais um quinquênio completado em 07 de setembro de 1.975;

IV — conceder o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da supra citada Lei no. 6174, a partir de 07 de setembro de 1.975, data em que, em razão da contagem do tempo de serviço prestado à Prefeitura Municipal de Tomazina e da incorporação referente ao seu quinto quinquênio, completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, abstráidas desta contagem as férias de 1.976, contadas em dobro e a incorporação correspondente ao sexto quinquênio, que só produzirão efeitos futuros, perfazendo um total de cinco por cento.

V — conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o mesmo Art. 171, da mesma Lei no. 6174, a partir de 07 de janeiro de 1.976, data em que, antecipadas pela contagem das férias referentes ao ano de 1.975 e da incorporação do sexto quinquênio, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, abstráidas desta contagem as férias de 1.976, contadas em dobro, que só produzirá efeito futuro, perfazendo um total de dez por cento;

VI — conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o mesmo Art. 171, da mesma Lei 6174, a partir de 07 de janeiro de 1.977, data em que, pela antecipação das férias referentes ao ano de 1.976, contadas em dobro, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 685/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10198, de 14 de outubro de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar o Decreto Legislativo no. 418/76, de 02 de junho de 1.976, que proveu IVO BRUM NETO, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Adalberto Daros.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 686/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10198, de 14 de outubro de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em Comissão EDÉSIO BRUM, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Adalberto Daros.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSE DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NUMERO 687/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8269, de 23 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário ALCIDES ZONATTO, matrícula número 526, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Portaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de novembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSE DOMINGOS SCARPELINI

2o. Secretário